

1) NÃO é forma de extinção de ato administrativo;

- A) revogação;
- B) caducidade;
- C) contraposição;
- D) avulsão.

2) Assinale a alternativa correta:

- A) A passagem de um bem de uso comum a bem de uso especial se dá por afetação.
- B) A passagem de um bem de uso especial a bem de uso dominical se dá por afetação.
- C) A passagem de um bem de uso comum a bem de uso dominical se dá por desafetação.
- D) A passagem de um bem de uso dominical a bem de uso comum se dá por desafetação.

3) NÃO se inclui no controle da administração pública, pelo Poder Legislativo:

- A) sustação pelo Congresso Nacional dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- B) sustação pelo Congresso Nacional dos contratos padecentes de ilegalidade, a pedido do Tribunal de Contas da União;
- C) apreciação pelo Tribunal de Contas da União da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- D) suspensão pelo Senado Federal da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade.

4) Assinale a alternativa correta.

- A) Bem tombado não pode ser desapropriado.
- B) Somente a União pode tomba.
- C) É anulável a venda de bem tombado que não tenha sido previamente ofertado ao Poder Público.
- D) O tombamento pode ser provisório ou definitivo.

5) NÃO é requisito do ato administrativo:

- A) finalidade;
- B) motivo;
- C) competência;
- D) tempestividade.

6) Um agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidade e vencimentos denomina-se:

- A) classe;
- B) carreira;
- C) quadro;
- D) lotação.

7) Quando se afirma que a obrigação da administração indenizar o dano surge do só ato lesivo e injusto causado á vítima pela administração (fato do serviço), dispensada a prova de culpa da administração, mas permitido ao Poder Público demonstrar a culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização, se está aderindo á teoria:

- A) da culpa administrativa;
- B) do risco administrativo;
- C) do risco integral;
- D) subjetiva da culpa.

8) Sobre as despesas com pessoal - - ativo e inativo - - é correto afirmar que:

- A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios são livres e autônomos na sua fixação, respeitados os princípios da administração pública
- B) Não poderão tais despesas, somente para a União, ultrapassar limite de 65%(sessenta e cinco por cento) do valor das receitas correntes;
- C) Não poderão tais despesas ultrapassar, para União, Estados, Distrito Federal e Municípios limite a ser fixado em lei complementar;
- D) Não podem tais despesas ser maiores que as despesas com saúde e educação.

9) P. H. B. , datilógrafo, trabalha em um órgão da Administração Pública Federal desde 1982, quando foi contratado com base na Consolidação das Leis do Trabalho. P. H. B. sustenta que desde seu ingresso no Serviço Público até os dias de hoje sempre percebeu, por diversos fundamentos, somas inferiores às que deveria receber em contrapartida por seu trabalho. É, pois, correto afirmar que:

- A) Se P. H. B. for pleitear judicialmente tais direitos que entende desrespeitados devá fazê-lo já Justiça Federal;
- B) se P.H.B. for pleitear judicialmente tais direitos que entende desrespeitados deverá fazê-lo na Justiça do Trabalho;
- C) se P.H.B. for pleitear judicialmente tais direitos que entende desrespeitados deverá fazê-lo parte na Justiça Federal, parte na Justiça do Trabalho;
- D) P.H.B. não pode mais ir á Justiça pleitear tais direitos vez que fulminados pela prescrição.

10) NÃO é princípio do processo administrativo:

- A) oficialidade;
- B) formalismo;
- C) verdade material;
- D) garantia de defesa.

11) "Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente á segurança, á higiene, á ordem, aos costumes, á disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, á tranquilidade pública ou ao respeito á propriedade e aos direitos individuais ou coletivos".

- A) Poder hierárquico.
- B) Poder disciplinar.
- C) Poder de policia.
- D) Poder regulamentar.

12) Sobre vitaliciedade e estabilidade é correto afirmar que:

- A) a vitaliciedade só é adquirida por agentes investidos em cargos para os quais não há concurso público;
- B) a estabilidade é alcançada após dois anos de efetivo exercício em todo cargo público;
- C) o agente vitalício tem investidura de caráter perpétuo, mas pode perder o cargo, como o agente estável, por sentença judicial transitada em julgado;
- D) agentes estáveis e vitalícios perdem seus cargos por iguais vias, a diferença reside em que estabilidade se obtém somente após dois anos de efetivo exercício e a vitaliciedade é imediata á investidura.

13) Sobre desapropriação é correto afirmar que:

- A) é impossível a desistência após a imissão provisória na posse do bem imóvel;
- B) após o trânsito em julgado da sentença não há que se falar em desistência, mas em retrocessão;
- C) até a adjudicação do bem é possível a desistência, desde que o expropriado com ela concorde;
- D) só é possível, a desistência até a declaração de utilidade pública, que deve ser revogada, por lei ou decreto, conforme a sede normativa em que se deu.

14) São vantagens, e não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito:

- A) indenizações;
- B) gratificações;
- C) adicionais;
- D) férias.

15) Alguém que trabalhe em uma empresa pública federal:

- A) é regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112), e é proibido de acumular remuneradamente cargo, emprego ou função pública, respeitadas as exceções constitucionais;
- B) não é regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112), mas é proibido de acumular remuneradamente cargo, emprego ou função públicos, respeitadas as exceções constitucionais;
- C) não é regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112), e, pois, não é proibido de acumular remuneradamente cargo, emprego ou função públicos, respeitadas as exceções constitucionais;
- D) é regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112), mas não é proibido de acumular remuneradamente cargo, emprego ou função públicos, respeitadas as exceções constitucionais.

16) Os atos improbidade administrativa importam:

- A) cassação dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento do erário;
- B) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, confisco de bens e ressarcimento do erário;
- C) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, confisco de bens e ressarcimento do erário;
- D) cassação dos direitos políticos, perda da função pública, confisco de bens e ressarcimento do erário.

17) Assinale a alternativa correta.

- A) É competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e regime jurídico único de servidores públicos civis.
- B) É competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre normas gerais de licitação e contratação para a administração pública e regime jurídico único de servidores públicos civis.
- C) É competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação, porém União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislam, cada um no âmbito de sua competência, sobre regime jurídico único e planos de carreira para servidores públicos civis.
- D) É competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre normas gerais de licitação, mas competência exclusiva da União legislar sobre regime jurídico único.

18) NÃO é decorrência do Princípio da Continuidade do Serviço Público:

- A) a restrição ao exercício do direito de greve pelos servidores públicos;
- B) os institutos da suplência, delegação e substituição para preenchimento de funções públicas temporariamente vagas;
- C) a possibilidade de a Administração utilizar equipamentos e instalações de empresas que com ela contratam;
- D) a criação de pessoas jurídicas públicas administrativas por leis específicas que lhes precisem os fins.

19) O empreiteiro de obra pública, na execução do contrato, encontra um terreno rochoso, e não arenoso como indicado pela Administração. Tecnicamente, tal ocorrência material não cogitada pelas partes na celebração do contrato, mas que o antecede e se explicita na execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando e onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos denomina-se:

- A) força maior;
- B) caso fortuito;
- C) fato da Administração;
- D) interferência imprevista.

20) Um Município desapropriou, por interesse social, um terreno pertencente a uma autarquia federal, em favor de uma fundação, privada que se dedica a atender gratuitamente, com serviços médicos, crianças desamparadas. Quanto a tal fato, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a desapropriação é ilegal, pois Municípios não possuem poder expropriatório;
- B) a desapropriação é ilegal, pois os Municípios não podem desapropriar bens das autarquias federais;
- C) a desapropriação é legal, pois não ofende a lei e objetiva interesse social explícito;
- D) a desapropriação é ilegal, pois não pode ser desapropriado bem em favor de pessoa jurídica de direito privado.

21) Sob o ponto de vista de natureza jurídica específica do tributo, como se deve distinguir uma taxa de um imposto?

- A) Pela base de cálculo;
- B) Pelo contribuinte;
- C) Pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
- D) Pelo fato gerador.

22) Em relação às contribuições sociais é correto dizer-se que:

- A) compete exclusivamente à União sua instituição;
- B) podem ser estabelecidas em decreto;
- C) podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou;
- D) a multa decorrente do atraso no pagamento das contribuições previdenciárias é aplicável às pessoas de direito público.

23) Em relação às limitações constitucionais do poder de tributar é correto dizer-se:

- A) as isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser pela União livremente supridas;
- B) sendo vendedora de imóvel uma autarquia, a sua imunidade fiscal não compreende o imposto de transmissão inter vivos, que é encargo do comprador;
- C) a imunidade ou a isenção tributária do comprador (quando pessoa jurídica de direito público) se estende ao produtor, contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- D) a União pode, excepcionalmente, atendendo a relevante interesse nacional, em lei complementar, instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

24) Em relação ao imposto de importação é correto dizer-se que:

- A) podem ser aumentadas as alíquotas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- B) a alíquota ad valorem não se aplica sobre a importação de produtos estrangeiros.
- C) quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, a base de cálculo do imposto é arbitrada pela autoridade fiscal.
- D) o arrematante não é contribuinte do imposto quanto aos produtos apreendidos ou abandonados.

25) Assinale a única opção correta em relação às multas fiscais:

- A) São dedutíveis como despesas operacionais, para fins de Imposto de Renda.
- B) Constituem sanção de ato ilícito sob o ponto de vista tributário.
- C) Não têm por objeto pagamento em favor da Fazenda Pública.
- D) Não constituem obrigação tributária.

26) Em relação aos empréstimos compulsórios é correto dizer-se:

- A) Sua arrecadação não está sujeita à exigência constitucional de que a lei que os instituiu seja de exercício financeiro anterior.
- B) Podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- C) Não cabe instituição de empréstimos compulsórios no caso de investimento público mesmo que seja de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- D) O princípio da anterioridade vale para a instituição e arrecadação de qualquer empréstimo compulsório.

27) Assinale, em relação à execução fiscal, a única hipótese correta.

- A) A responsabilidade pessoal do sócio-gerente da sociedade por quotas, decorrente da violação da sociedade por quotas, decorrente da violação da lei ou excesso, atinge a meação de sua mulher.
- B) Ajuizada a execução fiscal anteriormente à falência, com penhora realizada antes desta, ficam os bens penhorados sujeitos à arrecadação no juízo falimentar.
- C) Ajuizada a execução fiscal posteriormente à falência, contra a massa falida, a penhora far-se-á no rosto dos autos do processo de queda, citando-se o síndico.
- D) A Fazenda Pública na execução fiscal, está sujeita a prévio depósito para custear despesas do avaliador.

28) Quanto às limitações do poder de tributar é correto dizer-se que:

- A) excepcionalmente, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, e no caso de investimento público de caráter, urgente e de relevante interesse nacional, pode ser exigido tributo estabelecido em decreto;
- B) dependendo da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos pode a União instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, fazendo-se distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida;
- C) pode-se cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- D) é vedado à União utilizar tributo com efeito de confisco.

29) Quanto ao imposto territorial rural (ITR) é correto dizer-se que:

- A) é da competência dos Estados e do Distrito Federal relativamente a bens imóveis situados em seu território.
- B) incide tanto sobre grande quanto sobre pequenas glebas rurais, em quaisquer condições.
- C) não são isentas de impostos as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- D) o possessor a qualquer título é também contribuinte.

30) A competência e os poderes das autoridades administrativas tributárias em matéria de fiscalização são reguladas:

- A) por decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa;
- B) por práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- C) por convênios intergovernamentais;
- D) pela legislação tributária.

31) Qual o tributo cuja imposição decorre da realização de obras públicas?

- A) Contribuição de intervenção no domínio econômico.
- B) Contribuição de melhoria;
- C) Taxa de serviços públicos.
- D) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

32) Em relação ao imposto de renda, e em conformidade com a jurisprudência sumulada do STF, assinale a opção correta.

- A) Está isenta do imposto a atividade profissional do arquiteto.
- B) Não é competente a autoridade alfandegária para o desconto, na fonte, do imposto correspondente às comissões dos despachantes aduaneiros.
- C) Ao imposto calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.
- D) Não incide o imposto sobre os juros remetidos para o Exterior, com base em contrato de mútuo.

33) Assinale a opção correta em relação à base de cálculo de tributo.

- A) Sua fixação só pode ser estabelecida em lei.
- B) Não se equipara à majoração de tributo sua modificação, mesmo que importe em torna-la mais onerosa.
- C) é majoração de tributo sua atualização do valor monetário.
- D) Podem ser comuns as bases de cálculo entre impostos e taxas.

34) Assinale o imposto que incide sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

- A) ICMS.
- B) IPI.
- C) Imposto de Exportação.
- D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

35) O imposto sobre produtos industrializados (IPI) tem como características:

- A) suas alíquotas são uniformes para todos os produtos industrializados;
- B) ter alteradas ou majoradas suas alíquotas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as houver instituído ou aumentado;
- C) incide sobre produtos industrializados destinados ao Exterior;
- D) a seletividade, em função da essencialidade do produto, e a não-cumulatividade não são características comuns ao IPI e ao ICMS.

36) Assinale em relação ao imposto de renda e proventos, sob o prisma constitucional, a única assertiva correta:

- A) Incide nos termos e limites fixados em lei, sem distinção, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensões de idosos (mais de 65 anos) pagos pela previdência social da União, mesmo que a pessoa não tenha outra fonte de rendimento.
- B) Incide sobre o patrimônio, renda ou serviços dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) Incide sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos.
- D) Incide sobre o patrimônio, renda ou serviços de pessoa física estrangeira domiciliada no país.

37) Assinale a única hipótese, incorreta em relação aos impostos extraordinários.

- A) Podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal desde que sejam não - cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição Federal.
- B) Unicamente cabem na hipótese de guerra externa e são instituídos exclusivamente pela União.
- C) Podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal no caso de guerra externa mediante lei complementar federal.
- D) Cabem tanto na iminência quanto no caso de guerra externa, desde que sejam instituídos exclusivamente pela União.

38) EM geral é vedado á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, como limitação ao poder de tributar, cobrar imposto com alteração de alíquota no mesmo exercício financeiro em que haja sido aplicada a lei que alterou ou aumentou dita alíquota. Porém, o aumento da alíquota é ressalvado no texto constitucional em relação:

- A) ao imposto sobre produtos industrializados;
- B) ao imposto sobre operações relativas á circulação de mercadorias;
- C) ao imposto sobre grandes fortunas;
- D) ao imposto de transmissão inter vivos.

39) Em relação aos decretos em matéria de Direito Tributário é correto dizer-se:

- A) podem instituir tributos.
- B) podem majorar tributos.
- C) podem definir fato gerador, alíquota e base de cálculo de imposto;
- D) restringem-se a regulamentar apenas as leis em função das quais sejam expedidos.

40) Para a definição de tributo, fato gerador, base de cálculo e de contribuinte, no atual Sistema Tributário Nacional, é necessário ter-se:

- A) Lei Complementar.
- B) Decreto Legislativo.
- C) Lei delegada.
- D) Resolução do Senado Federal.

41) "A", com intuito de injuriar "B", agride-o no rosto. "A" cometeu o crime de:

- A) lesão corporal grave;
- B) lesão corporal gravíssima;
- C) injúria em concurso com lesão corporal;
- D) injúria real.

42) A punibilidade do crime de induzimento, instigação ou Auxílio ao Suicídio (CP, art. 122) é:

- A) extinta;
- B) excluída;
- C) condicionada;
- D) incondicionada.

43) O crime de Condescendência Criminosa (CP, art. 320), quanto ao sujeito ativo é:

- A) próprio;
- B) impróprio;
- C) circunstancial;
- D) de aumento da pena.

44) No crime de Furto (CP, art. 155), a cláusula - para si ou para outrem - é elemento:

- A) subjetivo;
- B) subjetivo do tipo;
- C) circunstancial;
- D) extraordinário.

45) No crime de Violação de Correspondência (CP, art. 151), a consumação ocorre quando o agente:

- A) abre o envelope;
- B) abre o envelope para conhecer a mensagem;
- C) toma conhecimento da mensagem;
- D) revela a outrem o conteúdo da mensagem.

46) Entre o crime de Rapto (CP, art. 219) e o crime contra os Costumes , em seguida, cometido contra a raptada, forma-se concurso:

- A) aparente de normas;
- B) formal;
- C) material;
- D) anômalo.

47) "A" imputa, falsamente, a "B" prática de fato definido como contravenção penal. "A" pratica crime de:

- A) calúnia;
- B) difamação;
- C) injúria;
- D) injúria imprópria.

48) A tentativa é incompatível com o crime:

- A) doloso;
- B) culposo;
- C) impróprio;
- D) próprio.

49) "A"(funcionário público) solicita dinheiro a "B" para praticar ato de ofício. A proposta é repelida. "A" cometeu crime de :

- A) corrupção;
- B) tentativa de corrupção ativa;
- C) corrupção passiva;
- D) tentativa de corrupção passiva.

50) "A" (comerciário) concorre com "B"(funcionário público) para o crime de Peculato (CP, art. 312). Peculato é crime próprio "A" responde por:

- A) peculato;
- B) peculato culposo;
- C) crime diverso de "B";
- D) crime de particular contra a Administração Pública.

51) "A" foi condenado e preso pelo crime de Sedução. Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a sedução deixou de ser considerada crime. "A"

- A) será beneficiado e posto em liberdade;
- B) será beneficiado, mas não será posto em liberdade;
- C) não será beneficiado;
- D) não será beneficiado porque a lei se aplica aos casos futuros.

52) O art. 19 da Lei nº 6.368/76 dispõe ser isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito de subsância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. A hipótese caracteriza:

- A) inimizabilidade;
- B) perdão judicial;
- C) exclusão de ilicitude;
- D) exclusão de antijuridicidade.

53) No interior de um navio mercante brasileiro, no Porto de Amsterdã, foi cometido um crime por brasileiro. A Holanda não se interessa pelo fato. a incidência da lei brasileira decorre do princípio da:

- A) legalidade;
- B) territorialidade;
- C) personalidade;
- D) especialidade.

54) O estado de necessidade real exclui:

- A) tipicidade;
- B) imputabilidade;
- C) culpabilidade;
- D) ilicitude;

55) "A", tendo previsão da morte de "B", todavia, acreditando sinceramente que não ocorrerá, porque a ela não é indiferente, com sua conduta mata "B". A conduta de "A" configura:

- A) dolo direto;
- B) dolo eventual;
- C) culpa consciente;
- D) culpa inconsciente.

56) "A" fere "B", desejando matá-lo. Cessada a agressão, deu-lhe assistência para evitar a morte. "B", por isso, não morre. A hipótese caracteriza:

- A) dolo direto e desistência voluntária;
- B) dolo direto e arrependimento eficaz;
- C) dolo eventual e desistência voluntária;
- D) dolo eventual e arrependimento eficaz.

57) A autolesão corporal é:

- A) fato típico;
- B) fato atípico;
- C) crime;
- D) contravenção penal.

58) O erro inevitável sobre a ilicitude exclui:

- A) tipicidade;
- B) antijuridicidade;
- C) ilicitude;
- D) culpabilidade.

59) Deformidade permanente (CP, art. 129, § 2º, IV= significa:

- A) perda anatômica;
- B) lesão corporal irreversível;
- C) dano estético;
- D) enfermidade incurável.

60) Se a vítima não oferecer a queixa, no prazo legal, ocorre:

- A) prescrição;
- B) decadência;
- C) preempção;
- D) abandono.

Gabarito

1-D 2-C 3-D 4-D 5-D 6-A 7-B 8-C 9-C 10-B 11-C 12-C 13-B 14-A 15-B 16-B 17-C 18-D 19-D 20-B 21-D 22-A 23-B 24-A 25-B 26-D 27-C 28-D 29-D 30-D 31-B 32-C 33-A 34-D 35-B 36-D 37-D 38-A 39-A 40-A 41-D 42-C 43-A 44-B 45-C 46-C 47-B 48-B 49-C 50-A 51-A 52-A 53-D 54-D 55-C 56-B 57-B 58-D 59-C 60-B